# Balanço de 20 anos de desenvolvimento do projecto de

investigação, conservação e valorização do sítio arqueológico de Mesas do Castelinho (Almodôvar, Beja). Comprovou-se a enorme importância científica e patrimonial do sítio, com uma primeira fase de povoamento entre a Idade do Ferro (finais do século V a.C.) e a Época Romana (final do século I d.C. ou início do seguinte). Após longo abandono, em momento impreciso dos séculos IX-X d.C. instalou-se no local uma fortificação islâmica, também ela definitivamente abandonada pelo século XII.

palavras chave

Idade do Ferro; Época romana; Povoado; Idade Média (islâmico); Fortalezas.

Overview of the 20-year research, conservation and valorisation development project of the Mesas do Castelinho archaeological site (Almodôvar, Beja).

It has been possible to determine the enormous scientific and heritage importance of the site, whose first settlement stage dates from between the Iron Age (end of V century BC) and Roman times (end of I century AD or beginning of the following century). After being abandoned for a long time at some point during the IX-X centuries AD, an Islamic fortress was built at the site and was later abandoned around the XII century.

### keyword

Iron Age; Roman times; Habitat; Middle Ages (Islamic); Fortresses.

### r é s u m é

Bilan de 20 années de développement du projet de recherche, conservation et valorisation du site archéologique de Mesas do Castelinho (Almodôvar, Beja).

On a prouvé l'énorme importance scientifique et patrimoniale du site, avec sa première phase de peuplement entre l'Âge de Fer (fin du Vème siècle av. J-C) et l'époque romaine (fin du ler siècle a. J-C ou début du suivant). Après un long abandon, dans une période imprécise des IXème et Xème siècles a. J-C s'est installée sur le lieu une fortification islamique, également abandonnée définitivement au cours du XIIème siècle.

### mots clés

Âge de Fer; Époque romaine; *Habitat*; Moyen Âge (islamique); Forteresses.

# Mesas do Castelinho (Almodôvar)

um projecto com vinte anos

por Carlos Fabião e Amílcar Guerra

Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadores do Centro de Arqueologia / UNIARQ (cfabiao@fl.ul.pt; amilcarguerra@fl.ul.pt).

À memória de Carlos Jorge Ferreira e António Cândido Colaço, ao povo de Santa Clara-a-Nova.

## 1. O começo

o final do ano de 1986, um indivíduo de estranhas ideias e bizarros propósitos comprou 7,5 hectares de terreno, parte do qual abrangia uma extensa área de interesse arqueológico. O sítio, o povoado fortificado de Mesas do Castelinho, na freguesia de Santa Clara-a-Nova, concelho de Almodôvar, era de há muito conhecido, quer por uma primeira referência de José Leite de VASCONCELLOS (1934: 243), que não chegou a visitar o local, quer sobretudo por um pequeno artigo publicado por Abel Viana, Veiga Ferreira e o padre A. Serralheiro, então prior daquela freguesia, que divulgou o sítio e registou um recipiente de cerâmica ática ali recolhido (VIANA et al. 1956). Finalmente, referências de H. SCHUBART (1975) sugerem poder existir ali uma ocupação da Idade do Bronze - a cerâmica grega e a suposta ocupação da Idade do Bronze valeram ao local uma assídua presença em toda a cartografia arqueológica do Sul de Portugal.

Com notável persistência e nefastas consequências, o novo proprietário dedicou-se durante mais de duas semanas a revolver o sítio, com auxílio de uma "bull-dozer", alegadamente em busca de um tesouro. O insólito comportamento gerou suspeitas e a acção combinada da autarquia local e dos Serviços Regionais de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) acabaram por embargar os trabalhos e avançar com uma proposta de aquisição pelo Estado da parcela pertencente ao destruidor.

As circunstâncias rocambolescas que rodearam todo este processo, desde a aquisição e destruição até ao embargo público, bem como o imenso acervo de materiais trazido à superfície e (entre outros) um impressionante corte, com mais de cinco metros de altura, deixado no terreno, despertaram a curiosidade dos *media*.

Uma extensa reportagem sobre o assunto passou em noticiário televisivo nocturno de domingo, numa época em que existia somente a televisão estatal, com evidente impacto.

Houve romaria de curiosos ao local, declarações públicas sobre a relevância do sítio e intenção de promover a sua conservação, valorização e investigação, quer por parte da administração central, quer pelos poderes autárquicos. De imediato (em 1987), o arqueólogo Carlos Jorge Ferreira, técnico do Departamento de Arqueologia do IPPC, foi destacado para o local e ali empreendeu uma campanha, consistindo na recolha mais ou menos sistemática de materiais e na limpeza e desenho de alguns dos mais significativos cortes resultantes da destruição (FERREIRA 1992).

Nessa época, conhecíamos as referências ao povoado, que tínhamos recolhido no âmbito do trabalho que então preparávamos sobre a cerâmica campaniense em Portugal. Interessámo-nos pelo caso, como tantas outras pessoas, e acompanhámos os trabalhos desenvolvidos pelo malogrado Carlos Jorge Ferreira, excelente colega cuja memória aqui evocamos, que, por mais de uma vez, comentou extensamente connosco os trabalhos que desenvolvia em Almodôvar.

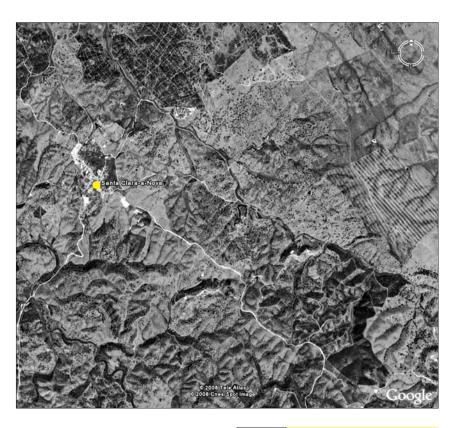
Por esse tempo, a nossa actividade arqueológica decorria na Beira Alta. Almodôvar estava, pois, muito longe dos nossos horizontes.

Foi a conjugação fortuita de várias ocorrências que nos levou a Mesas do Castelinho.

Em 1988, a doença de Carlos Jorge Ferreira interrompera subitamente a intervenção que o IPPC desenvolvia no sítio arqueológico e o Instituto não tinha meios humanos para a continuar ou para suportar uma intervenção de continuidade no local. A Câmara Municipal insistia na necessidade de prosseguir os trabalhos e dar um qualquer destino ao povoado profundamente mutilado. Os nossos trabalhos na Beira Alta entraram numa fase de impasse, por crónica escassez de apoios, dificilmente ultrapassável e sem vislumbre de mudanças.

Foi neste contexto que o convite formal surgiu, e António Carlos Silva e Susana Correia sabem bem dos porfiados esforços que fizeram para nos convencer a aceitar ocuparmo-nos de Mesas do Castelinho, não porque o sítio fosse desinteressante, muito pelo contrário, mas por nos custar demasiado deixar a meio o que iniciáramos em Arganil e Seia.

Como é sabido, acabámos por aceitar.



### 2. O sítio arqueológico

O povoado de Mesas do Castelinho constitui exemplo de uma das conhecidas estratégias de povoamento da chamada II Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Corresponde ao que L. Berrocal Rangel definiu como "povoado de ribeiro", isto é, a um aglomerado instalado junto de uma linha de água (BERROCAL-RANGEL 1992: 205), no caso vertente a Ribeira de Mora, afluente do rio Mira, sem ocupar uma posição dominante, de amplos horizontes. Pode dizer-se, pois, que se dissimula na paisagem, embora controlando o que seria uma das antigas vias de travessia da Serra do Caldeirão. Apresenta-se sob a forma de duas plataformas, uma superior (Plataforma A), de contornos circulares, e outra inferior (Plataforma B), de feição trapezoidal, com uma área total, delimitada pelos taludes que ocultam as antigas fortificações, de mais de 3,5 hectares. As muralhas constituíram ao longo do tempo um elemento de retenção de sedimentos, o que confere a ambas plataformas um aspecto "amesetado", em vigoroso contraste com o perfil ondulado dos serros circundantes, sublinhando deste modo o seu cariz antrópico. Foi justamente este aspecto que acabou por dar o nome ao sítio, nas palavras dos habitantes locais, as "Mesas" da extensa herdade do Castelinho, sendo a plataforma superior a "mesa de cima" e a outra a "mesa de baixo". Pelo lado Oeste, observa--se um ressalto que segue em linha mais ou menos contínua o contorno do povoado,



Localização de Mesas do Castelinho (Almodôvar), na fronteira entre a peneplanície e a serra algarvia.

ainda que em cota inferior. Desde o início pareceu-nos que este acidente do terreno deveria corresponder a uma outra área com construções.

Como já foi referido, o local era de há muito conhecido como relevante povoado: "imponente castro" lhe chamaram A. Viana, Veiga Ferreira e António Serralheiro (VIANA et al. 1956: 463), um evidente exagero, atendendo à topografia local, registando-lhe uma ocupação antiga que remontaria à Idade do Ferro e nunca teria sido objecto de escavações, pelo menos assim o pensámos até há muito pouco tempo. A recente publicação da correspondência de Viana com Veiga Ferreira revelou que foi projectada a escavação conjunta de Mesas do Castelinho e do núcleo da Senhora da Cola (postal de 10-7-57). A mesma correspondência sugere que algumas escavações se chegaram a realizar, ainda que nada tenha sido publicado (CARDOSO 2008: 515 e ss.). Ainda assim, é nas páginas de Abel Viana que encontramos a mais precisa caracterização do local, particularmente pela referência à continuidade em Época Romana e à ocupação do Período Islâmico (VIA-NA 1958: 5-6; 1960: 14), ambas habitualmente desconsideradas, em face da imponência do povoado pré-romano. A ocupação de Época Romana imperial foi também

subavaliada por Carlos Jorge Ferreira, que preferiu sublinhar a relevância dos vestígios de Época Romana republicana, forçando uma relação entre Mesas do Castelinho e a rebelião sertoriana (FERREIRA 1992), de difícil fundamentação.

Soubemos também que Philine Kalb chegou a apresentar uma proposta de intervenção no sítio, que começaria pela realização de um levantamento topográfico do povoado, mas a autorização teria sido recusada, por não se julgar oportuna (informação pessoal de P. Kalb). Assim se perdeu a possibilidade de conhecer a real configuração do povoado antes das acções de destruição de 1986. Somente a título de curiosidade, registe-se o verdadeiramente profético aviso de Abel Viana e colaboradores, certamente uma justificação invocada para o mencionado projecto de escavações: "Trata-se, portanto, de uma importante estação, cuja exploração cuidada devia fazer--se enquanto a moderna maquinaria agrícola não entrar ali e destruir tudo" (VIANA et al. 1956: 463-464). Não foi a moderna maquinaria agrícola e nem tudo se destruiu, mas, como é óbvio, teria sido melhor que a exploração cuidada tivesse antecedido a grande destruição.

### 3. O Projecto

A proposta que nos fazia o IPPC era tentadora. Encetar um programa em continuidade de salvaguarda, investigação e valorização do extraordinário sítio arqueológico de Mesas do Castelinho. Para nós, que tínhamos iniciado o nosso percurso de arqueólogos sempre em contexto de enormes dificuldades de diversa ordem, que não vem ao caso agora evocar, era na realidade uma proposta irrecusável. Aceitámos, com o firme propósito e genuína esperança de conseguir desenvolver e aplicar ali um conceito que tínhamos (e temos) do que pode e deve ser uma intervenção arqueológica que conjugue investigação científica, formação técnica de estudantes de Arqueologia, com a criação de pólos dinamizadores de desenvolvimento local. Ficou então acordado que nos ocuparíamos das acções de investigação e que alguém do Instituto se encarregaria da salvaguarda e valorização. Desde a primeira hora, não tivemos grandes ilusões sobre a exequibilidade dessa parceria, mas nunca deixámos de considerar as vertentes de salvaguarda e valorização como incumbência assumida e inalienável responsabilidade nossa, uma vez aceite o encargo para a intervenção no sítio.

Encontrámos no terreno autarquias seriamente empenhadas na intervenção, quer a Junta de Freguesia de Santa Clara-a--Nova, quer a Câmara Municipal de Almodôvar, com o vibrante entusiasmo do então vereador do pelouro da Cultura, Eng.º António Cândido Colaço, desde sempre apaixonadamente envolvido nos destinos do Castelinho, cuja saudosa memória também aqui evocamos. Deparámos com a insistente interrogação sobre a natureza da acção que pretendíamos realizar, surgida dos mais diversos quadrantes locais, todos desejosos de apurar se íamos fazer intervenção pontual e sem continuidade ou empreender trabalho de maior fôlego. Pensamos que os últimos vinte anos constituem esclarecedora resposta a esta insistente pergunta.

Nesse ano de 1988, já a Câmara Municipal tinha acordado com uma associação privada a realização de um campo de trabalho internacional, com o intuito de intervir no sítio arqueológico. Não nos parecia ser esse o modelo desejável, nem sequer se afigurava avisado iniciar qualquer tipo de intervenção no terreno, para lá de alguma minimização dos tremendos impactes da recente destruição. Mas o compromisso estava assumido. Assim, durante esse Verão tratámos de conjugar a ocupação dos jovens do campo internacional com as acções que considerávamos verdadeiramente prioritárias: levantamento topográfico do sítio, com a devida sinalização de todas as áreas afectadas, início da reposição da topografia primitiva em algumas zonas, pela recolocação de grandes massas de sedimento removido em amplas crateras deixadas pela acção do anterior proprietário, lavagem, marcação e contentorização dos inúmeros fragmentos de cerâmica recolhidos por Carlos Jorge Ferreira. Para estas últimas tarefas contámos ainda com a colaboração de um grupo de jovens locais, enquadrados num programa de ocupação de tempos livres da Câmara Municipal de Almodôvar. Assim decorreu aquilo que poderemos considerar o ano zero do nosso projecto.

No ano seguinte, iniciámos a primeira campanha de escavações, nos moldes que considerávamos mais adequados. Constituiu-se uma equipa mista que incluía jovens locais e estudantes do ensino superior,

os primeiros enquadrados em programa autárquico de ocupação de tempos livres, os segundos integrados em actividade de formação complementar de estudos, em regime de voluntariado. Contávamos também com três trabalhadores cedidos pela Câmara Municipal de Almodôvar e Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova. Assim começou uma das vertentes que sempre privilegiámos na intervenção em Mesas do Castelinho, a de usar o local como espaço de formação prática para estudantes. Ao longo destes vinte anos por ali passaram mais de 230 estudantes, muitos com participação em várias campanhas, hoje profissionais na sua grande maioria, com distintos enquadramentos institucionais e laborais.

Gostamos de pensar que esta será uma das mais conseguidas componentes das nossas intervenções no local. Naturalmente, o facto de trabalharmos com um importante núcleo de pessoas em processo de formação tem tornado as escavações muito mais morosas do que seriam se apenas contássemos com uma pequena equipa especializada e mão-de-obra indiferenciada, mas o balanço final parece-nos bastante positivo. Para além do mais, nesse já longínquo ano de 1989 não havia condições para, em Portugal, constituir uma tal equipa.

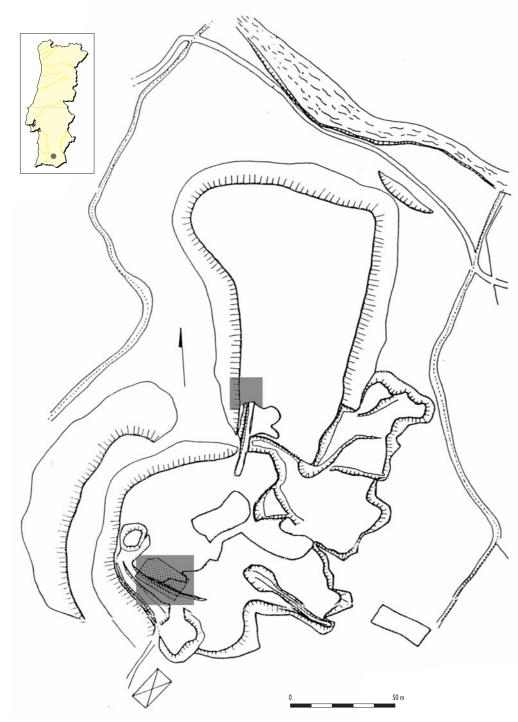
Delineámos também o projecto global de intervenção em Mesas do Castelinho que, na nossa perspectiva, deveria abarcar três vertentes distintas. Em primeiro lugar, a conservação do sítio arqueológico, em segundo lugar, a sua investigação, finalmente, a valorização, que passava pela preparação do local para receber visitantes e pela criação de um "museu de sítio" - na altura, ainda não se generalizara a prática da criação de "centros interpretativos" e nem sequer existia tal nomenclatura. Nos seus contornos gerais, é ainda esta a arquitectura do Projecto e nunca sentimos necessidade de separar estes campos, uma vez que é possível conjugá-los, praticando economias de escala, impossíveis de alcançar se realizássemos apenas investigação ou somente acções de conservação / valorização.

Deve sublinhar-se que desde muito cedo se revelaram insuficientes os subsídios da Administração Central, pelo que tentámos diversificar as fontes de financiamento, quer pela solicitação de apoio às Autarquias (Câmara e Junta de Freguesia), que sempre corresponderam, na medida das possibilidades de entidades com escassos recursos, com manifesto empenho, quer pela obtenção de apoios pontuais em outros organismos públicos, como o Instituto Português da Juventude ou o Exército (que cedeu uma importante componente do mobiliário, ainda hoje usado no alojamento dos estudantes voluntários).

Empreendemos também um contacto que conduziu a uma acção de mecenato por parte de uma grande empresa a operar na região, a Sociedade Mineira de Neves Corvo (SOMINCOR), que já dera provas de boas práticas na minimização de impactes arqueológicos na área da sua exploração, isto numa época em que não existia ainda legislação que o impusesse. Neste caso, tratava-se de patrocinar trabalhos em áreas que não pertenciam à empresa, pelo que cremos ter sido pioneira a nossa iniciativa de utilização de um patrocínio de uma grande empresa na viabilização de um projecto arqueológico. Esta diversificação de fontes financeiras revelou-se fundamental para o bom êxito do projecto, sobretudo ao longo dos primeiros oito anos, uma vez que, como é sabido, o ano de 1997 representou uma significativa viragem para a actividade arqueológica em Portugal, que teve também reflexos muito positivos na história das intervenções em Mesas do Castelinho.

A partir de 1997 o projecto conheceu um processo de relativa profissionalização. Foi possível, a partir de então, assegurar a contratação remunerada de licenciados em Arqueologia, que passaram a assumir funções de direcção de campo e do tratamento de espólios, cabendo cada vez mais aos signatários as funções de coordenação geral. Nestes últimos dez anos, Ana Cristina Ramos, Isabel Alexandra Pires, Samuel Melro, Teresa Laço, Mafalda Nobre, Rui Almeida e, ultimamente, Artur Rocha e Susana Estrela dirigiram no terreno as equipas de trabalho, coordenaram as tarefas de limpeza, marcação, inventário e contentorização de espólios e participaram na produção dos respectivos relatórios.

Tudo isto foi possível graças à profunda transformação que a actividade arqueológica conheceu entre nós e que, diga-se, não se circunscreveu somente à criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), uma vez que o projecto de Mesas do Castelinho prosseguiu sempre no âmbito do IPPAR e com financiamentos deste instituto público.



### 3.1. A conservação

Para as tarefas da conservação afigurava-se indispensável garantir a posse da totalidade do sítio arqueológico. Uma parte, aquela que se encontrava mais extensamente afectada, estava abrangida no processo de aquisição pelo Estado, suscitado pelo embargo dos trabalhos ao anterior proprietário, mas outra, a que se encontra mais bem conservada, permanecia em mãos de privados, dividida por dois proprietários distintos. Em 1989, enviámos à direcção do então IPPAR um memorando sobre o tema que não recebeu qualquer resposta formal, como sucedeu a outros documentos análogos que enviámos nos anos seguintes (1992, 1994). A solução parecia-nos óbvia.



Mesas do Castelinho: planta geral com inserção das áreas onde se realizaram escavações.

O Estado era detentor de uma larga parcela de terreno sem qualquer interesse arqueológico, mas com algum interesse agrícola. Em contrapartida, boa parte do sítio arqueológico permanecia em mãos privadas. Assim, em diálogo com os proprietários, e com um eficaz envolvimento das autarquias locais, acordou-se numa permuta de terrenos, que entregasse ao Estado a parcela com vestígios arqueológicos, cedendo em troca a parcela sem componentes patrimoniais. Conseguimos também envolver na permuta o "monte" e outros equipamen-

tos rurais ali existentes (forno de pão e currais), sempre pensando que estes poderiam ser utilizados como espaço de recepção e apoio às visitas a Mesas do Castelinho, contribuindo ainda para estabelecer as sempre interessantes pontes entre o passado arqueológico e o presente (na realidade, já passado também) etnográfico. Continuamos sem ver motivo para abandonar este conceito, independentemente da manifesta dificuldade em concretizá-lo.

Por seu turno, o Instituto insistia na vedação do sítio arqueológico, o que sempre nos pareceu uma medida não desejável, pela agressão à magnífica paisagem em que se insere, mas também por uma questão de princípio. Só faz sentido vedar um património público se paralelamente for estabelecido um horário de abertura e a respectiva guardaria. Até hoje prevaleceu o nosso ponto de vista, provavelmente pelos piores motivos...

Outras acções de conservação, que intimamente se relacionam com a valorização do sítio, passavam pela reposição, na medida do possível, da topografia original do terreno. Ou seja, em deslocar os sedimentos revolvidos para os locais de onde tinham sido retirados. Muitas dessas medidas afiguravam-se relativamente fáceis de empreender, embora nem todas fossem passíveis de boa concretização. Por isso, optámos por uma solução mista, com reposição da topografía em muitas áreas, embora conservando alguns dos evidentes sinais da destruição, porque também fazem parte da história do sítio arqueológico. Para a concretização desse objectivo mobilizámos sempre uma componente do financiamento anual concedido às escavações. No período de 1994 a 1996, porque o terreno não estava ainda formalmente na posse do Estado, foi possível à Autarquia concorrer a um financiamento da União Europeia destinado a acções de conservação e valorização.

Mesmo em situações de dificuldade financeira, nunca descurámos a vertente da conservação das estruturas postas a descoberto, procurando sempre integrá-las num plano de exposição pública das principais realidades materiais passíveis de deixar em exposição. Foi justamente o primado da conservação que nos levou a reenterrar algumas das estruturas escavadas e projectamos recobrir outras mais.

Ainda no domínio da conservação / valorização, fomos sempre mobilizando verbas para as tarefas de conservação e restau-

ro dos principais elementos móveis recolhidos, sobretudo os metais, mas também algumas das cerâmicas. Esta intervenção sobre os espólios esteve sempre ligada à ideia da criação do "museu de sítio" ou centro interpretativo.

### 3.2. A investigação

A investigação em Mesas do Castelinho esteve durante vários anos subordinada às prioridades de conservação e valorização. Quando chegámos ao local havia duas áreas com extensas e profundas destruições que colocavam diferentes problemas (para um historial detalhado das intervenções dos primeiros dez anos ver FABIÃO 1998: 275 e ss.).

Na parte mais elevada da plataforma superior (Plataforma A), profundas valas punham a descoberto a face interna da muralha do antigo povoado, sem deixarem qualquer hipótese de averiguar a estratigrafia associada ao seu interior. Junto dessa área destruída, via-se parte de uma parede com restos de um reboco de argamassa de cal. Carlos Jorge Ferreira começara a limpar a área junto desta parede, mas não concluíra o trabalho. Na plataforma inferior (Plataforma B) observava-se um extenso corte com cerca de 15 metros de comprimento e com mais de cinco de altura, que o arqueólogo que nos antecedera limpou e registou (FERREIRA 1992).

Considerámos importante iniciar os trabalhos na área de Plataforma A, por ser aquela que não fora de todo averiguada e também por ser a área onde aparentemente se concentravam os vestígios de Época Islâmica, logo, a zona onde potencialmente poderíamos documentar toda a diacronia de ocupação do sítio. Finalmente, a parede que se encontrava à vista conservava toda uma massa sedimentar na área não descoberta que, com toda a probabilidade, acabaria por provocar o colapso da estrutura.

Deste modo se iniciou a intervenção do sítio, dominada pela necessidade de conjugar conservação e investigação. Naturalmente, não considerámos de início a possibilidade de realizar trabalhos na plataforma inferior, porque necessitaríamos de meios muitíssimo superiores àqueles de que dispúnhamos — a imponente altura do grande corte e a sequência estratigráfica visível não deixavam lugar a dúvidas. Ao longo destes anos, temos procurado sempre assumir uma atitude pragmática e realista na

abordagem de campo, nunca ensaiando passos maiores do que aqueles que podemos dar. O impasse gerado nos últimos anos deveu-se exclusivamente a uma incompreensível, porque nunca explicada, quebra de um compromisso que o IPPAR assumira com a Câmara Municipal de Almodôvar.

Assim iniciámos a escavação do que viria a revelar-se uma fortificação de época omíada. A estrutura, que ainda deveria estar muito bem conservada nos anos 50 do século XX, quando Abel Viana documentou fotograficamente uma imponente descontinuidade no terreno que cobria integralmente o que restava da fortaleza (VIANA et al. 1956), sofreu duas importantes acções de destruição. Primeiro, ainda nos fins daquela década, quando o então proprietário da herdade, o maior lavrador da zona, ali fez uma terraplanagem para melhor aproveitamento agrícola do terreno, depois, em 1986, nas circunstâncias já referidas (GUERRA e FABIÃO 1993). Apesar de tudo, os dados revelaram-se extraordinários, não só no domínio dos materiais arqueológicos e estruturas, mas também na grande profusão de dados arqueozoológicos e antracológicos. Perante estes primeiros resultados, procurámos alargar a equipa de investigação, convidando os colegas que se ocupavam em estudos islâmicos no Sul de Portugal. Mas, por todos estarem envolvidos nos seus próprios trabalhos, acabaram por declinar o convite. Encetámos também uma colaboração com João Luís Cardoso e João Pais, o primeiro na área da Arqueozoologia (CARDOSO 1993; 1994), o segundo no domínio da botânica (PAIS 1993), que se tem revelado frutuosa.

Nos anos seguintes, as intervenções continuaram centradas na Plataforma A, conjugando então as acções de investigação com a conservação e, sobretudo, a valorização do sítio. Por isso escavámos toda a área da fortificação islâmica e a sua envolvente imediata, bem como o conjunto de estruturas mais antigas, de diferentes épocas, que ali se encontravam (FABIÃO e GUERRA 1994; FABIÃO 1998). Os principais objectivos prendiam-se com a necessidade de conhecer a dinâmica da ocupação do local e colocar a descoberto um conjunto significativo de estruturas que o tornassem atractivo para visitantes. Não tínhamos qualquer dúvida de que a plataforma inferior (Plataforma B) era a que se encontrava mais bem conservada e, por isso mesmo, a



🛏 Figuras 3 a 5 🤚

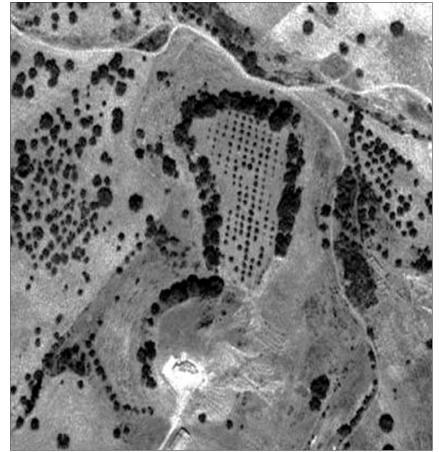
À esquerda, Mesas do Castelinho fotografada nos anos 50 do século XX por Abel Viana. A grande elevação corresponderia à área do castelo omíada, antes das grandes destruições.

Em baixo, o sítio arqueológico, já depois da grande destruição de 1986 e do início dos trabalhos arqueológicos, com pormenor do grande corte da Plataforma B.

que oferecia maior potencial científico e patrimonial.

Até 1996, a única escavação realizada na Plataforma B consistiu num poço de sondagem realizado na área do grande corte ali deixado pelo anterior proprietário e limpo e desenhado por Carlos Jorge Ferreira (FERREIRA 1992), imediatamente antes de o cobrir com geotêxtil e reconstituir artificialmente o talude destruído em 1986. Tivemos alguma relutância em realizar esta acção, pela espectacularidade do grande corte, o mais eloquente testemunho do imenso potencial do sítio arqueológico. Contudo, a prazo, todo o corte e as estruturas a descoberto corriam sério risco de colapso, pelo que a sua cobertura era de facto a decisão que se impunha.

A partir de 1997 iniciámos uma intervenção em área na Plataforma B. Primeiro com um segmento de 150 m2, posteriormente aumentada para uma acção que permitisse uma perspectiva a toda a largura da plataforma, desde um talude ao outro. Esta acção impôs-se por várias razões. Em primeiro lugar, porque se verificou aquilo que suspeitávamos: toda a plataforma inferior apresentava excelente estado de conservação. Mas também porque, com a construção da A2, a auto-estrada que liga Lisboa a Faro, Mesas do Castelinho passou a estar a cerca de 6 km de um dos nós da referida via, importante eixo de comunicação e de circulação turístico. Desse modo, o que começara por ser um lugar remoto, destinado a viajantes que buscassem expressamente paisagens conservadas e património cultural, passou a estar ao alcance de um número exponencialmente superior de visitantes, justificando um outro tipo de aposta e investimento. Assim, o local foi considerado numa acção do Plano Operacional da Cultura, que previa a construção de um Centro Interpretativo na aldeia de Santa





Clara-a-Nova e a preparação do sítio arqueológico para recepção de visitantes. Esta intervenção em extensão, conjugada com uma ampla prospecção geofísica, concretizada em 2006, permite ter hoje uma ideia das características gerais do povoado, como adiante se comentará.

### 3.3. A valorização

Na ideia que tínhamos para o sítio arqueológico de Mesas do Castelinho, a componente de valorização afigurava-se fundamental, pelas razões já expostas. Essa valorização passa pela colocação a descoberto de parte das estruturas ali conservadas, devidamente consolidadas e cuidadas, e pela criação de um pólo interpretativo do local, onde se possa expor uma parte das realidades móveis recolhidas no decurso das escavações. Esse foi sempre o desígnio básico, ainda que intimamente tenhamos chegado a acalentar mais altos planos, que a realidade se encarregou de demonstrar serem inexequíveis.

Este plano minimal foi desde sempre apresentado às autoridades competentes, pelo que, quando nos inícios dos anos 90 se anunciou o extenso programa de valorização cultural e divulgação turística *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, ficámos perplexos ao saber que Mesas do Castelinho não estava contemplado. Procurámos indagar as razões e foi-nos explicado que o sítio não poderia ser incluído por não se encontrar ainda resolvido o processo de aquisição pelo Estado. Mais tarde, soubemos que outros sítios contemplados também não tinham as questões de propriedade integralmente resolvidas.

Assim, como já se disse, em interacção com as autarquias locais e com recurso a fundos da União Europeia, desenvolveram-se as primeiras acções de conservação, que passaram por novas remoções de terras nas áreas destruídas do povoado, consolidação de estruturas postas a descoberto e instalação de sistemas de drenagem de águas pluviais. Para a sua concretização, contámos com o apoio e intervenção dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Almodôvar. Na consolidação de estruturas e reposição de pavimentos de terra batida no interior dos compartimentos escavados (uma vez que os escavámos sempre até ao substrato rochoso) optámos por reutilizar os materiais resultantes das próprias escavações. Como ao longo dos distintos momentos da ocupação do sítio as técnicas de construção utilizaram sempre a terra e os blocos de xisto, sedimentos e pedras de derrubes foram reutilizados nas acções de conservação e consolidação. De um ponto de vista técnico, recorremos sempre aos pedreiros locais, que dominam ainda a técnica da produção de alvenarias de pedra seca. Como sempre, Junta de Freguesia e Câmara Municipal assumiram-se como relevantes intervenientes no processo.

Assim começou uma outra dimensão do projecto de Mesas do Castelinho que consideramos relevante: a contratação de mão-de-obra local nos trabalhos. Para lá de algumas acções pontuais anteriores, ditadas pela irregularidade dos fundos disponíveis, esta opção passou a assumir um carácter constante, a partir de 1997. Numa área onde não abundam as possibilidades de trabalho remunerado, o projecto acaba por ter um papel social e económico não despiciendo, ao mesmo tempo que consolida a relação da população local com *o seu sitio arqueológico*.

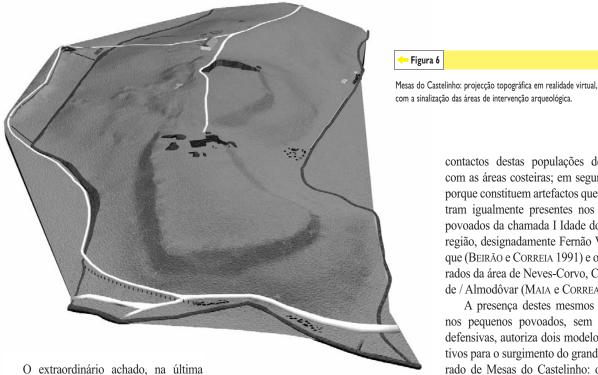
No âmbito do plano de valorização e uma vez que dispúnhamos de verbas avultadas, como nunca acontecera em todos estes anos de intervenções, abalançámo-nos a algumas acções que permitissem uma melhor percepção do sítio por parte dos visitantes. Tratava-se, naturalmente, de acções relevantes para o conhecimento científico do local, mas que constituíam de igual modo poderosos elementos gráficos para utilização no discurso expositivo do centro interpretativo. Foi assim que empreendemos um novo levantamento topográfico, em formato digital, para substituir o velho levantamento à escala 1:50, realizado logo no primeiro ano do Projecto; a criação em realidade virtual do espaço em que se insere o sítio arqueológico (tendo ficado por concretizar a implantação das estruturas nas áreas já escavadas, bem como a reconstituição detalhada das diversas construções) e, sobretudo, uma ampla prospecção geofísica da área arqueológica, perseguindo um triplo objectivo. Por um lado, realizar o reconhecimento extensivo da Plataforma inferior do povoado, com informação sobre anomalias documentadas a distintas profundidades, procurando-se assim compreender a configuração do seu urbanismo e suas transformações; por outro, indagar sobre a possível utilização das plataformas, marcadas por taludes que acompanham, pelo exterior e a uma cota mais baixa, boa parte do perímetro fortificado do povoado; finalmente, passar a dispor de uma "imagem" mais precisa e concreta da extensão das áreas edificadas, para utilização no centro interpretativo — embora seja perfeitamente perceptível para um qualquer arqueólogo que a grande descontinuidade que rodeia o sítio arqueológico oculta estruturas construídas, ao longo do tempo e em interacção com inúmeros visitantes, tivemos o ensejo de verificar como, na prática, essa percepção não é fácil para um público não especializado.

# 4. O que conhecemos hoje de Mesas do Castelinho

O que hoje conhecemos da dinâmica de ocupação de Mesas do Castelinho é, pode dizer-se, bastante, embora nos agradasse conhecer muito mais. Em termos muito esquemáticos, poderemos dizer que o local terá sido fundado nos finais do séc. V a.C., ocupado continuamente até a um momento impreciso, situável entre os finais do século I d.C. ou inícios da centúria seguinte e que, após prolongado abandono, deverá ter sido de novo ocupado em momento impreciso, datável do séc. IX-X d.C. e definitivamente abandonado pelo séc. XII (FABIÃO e GUERRA 1991; GUERRA e FABIÃO 2001 e no prelo).

A primeira observação que desde logo poderemos fazer é a de que as principais fases da sua ocupação ficaram esclarecidas, nos seus contornos gerais, nos primeiros anos de intervenção. Contudo, a configuração dessas ocupações só paulatinamente se foi desenhando e subsistem ainda várias interrogações.

Como se disse, o aglomerado data da chamada II Idade do Ferro, embora por ali se encontrem alguns materiais que remontam a épocas anteriores. Ao longo das nossas escavações, temos recolhido alguns artefactos líticos (pedra polida e sílex) que sugerem por ali poder ter andado gente no Calcolítico ou na Idade do Bronze (recolhemos também um machado de bronze e alguma cerâmica que poderá ser da mesma época). No entanto, não documentámos até à data qualquer estrato ou estrutura destas épocas e, por outro lado, o volume de materiais é suficientemente escasso para autorizar a afirmação de não ter havido de facto ocupação relevante nesses períodos.



campanha de escavações, de uma estela epigrafada, com escrita do Sudoeste, afigura-se igualmente de escassa relevância, já que a mesma se encontrava reaproveitada na pavimentação de uma rua de Época Romana republicana. Seria certamente proveniente de um qualquer contexto da zona, porque é suficientemente volumosa e pesada para autorizar a suposição de não ter sido trazida de longe, mas nada indica que o seu contexto primário pudesse estar na área posteriormente abrangida pelo povoado. Curiosamente, logo no primeiro ano em que trabalhámos em Mesas do Castelinho, recebemos informações sobre a pretensa existência de duas estelas epigrafadas que estariam reaproveitadas como material de construção num dos currais da proprieda-

de. Embora as procurássemos, nada encontrámos, pelo que não atribuímos especial credibilidade às informações. O achado da campanha de 2008 acabou por dar uma outra consistência a essas antigas e vagas informações.

O grande povoado terá sido fundado nos fins do século V ou inícios do IV a.C., sendo os principais indicadores cronológicos dessa primeira etapa as cerâmicas áticas (taças do chamado "tipo Cástulo" e exemplares de figuras vermelhas) e algumas ânforas de morfologias ditas ibero--púnicas, procedentes da área da baía gaditana. Estas referências são importantes por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque documentam uma continuidade dos

contactos destas populações do interior com as áreas costeiras; em segundo lugar, porque constituem artefactos que se encontram igualmente presentes nos pequenos povoados da chamada I Idade do Ferro da região, designadamente Fernão Vaz, Ourique (BEIRÃO e CORREIA 1991) e os aglomerados da área de Neves-Corvo, Castro Verde / Almodôvar (MAIA e CORREA 1985).

A presença destes mesmos artefactos nos pequenos povoados, sem estruturas defensivas, autoriza dois modelos explicativos para o surgimento do grande aglomerado de Mesas do Castelinho: ou este se formou na sequência do abandono daqueles, por um processo habitualmente designado por "cinecismo", ou resultou da chegada de populações estranhas à região que, desse modo, marcaram a sua diferença. No primeiro caso, o grande povoado fortificado teria nascido do abandono dos pequenos núcleos da região, na segunda hipótese, teria coexistido com a última fase da sua ocupação. Infelizmente, não temos meios para responder categoricamente a esta dúvida.





Figuras 7 e 8

Mesas do Castelinho: cerâmica ática de figuras vermelhas (em cima) e aspecto da Rua I (à esquerda).

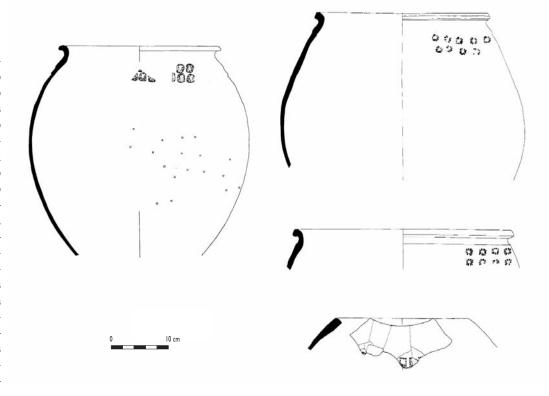
No pavimento, em primeiro plano, pode ver-se a estela com escrita do Sudoeste, com a face epigrafada voltada para baixo.

Seja como for, esta importante transformação do modelo de povoamento não implicou uma ruptura das velhas redes de circulação de artigos exóticos de procedência mediterrânea. A presença de contas de vidro e de um pequeno elemento de ourivesaria com decoração por granitado sublinha a permanência desses contactos e fluxos de artigos. A favor da hipótese de uma qualquer presença de populações estranhas à região fala-nos a expressiva presença de grandes recipientes cerâmicos ornamentados com matrizes impressas (vulgarmente chamadas "cerâmicas estampilhadas"), que se não conhe-

cem nos mencionados pequenos povoados da região, ocupados anteriormente.

Esta primeira fase de Mesas do Castelinho encontra-se documentada em ambas plataformas, o que sugere a possibilidade de o povoado ter abrangido logo desde o início uma grande extensão. Contudo, esta fase mais antiga concentra-se junto das estruturas defensivas. Nem na Plataforma A, nem na B se documentam estruturas destas épocas em áreas centrais, o que sugere que o perímetro fortificado poderia acolher a totalidade das estruturas residenciais, permanecendo a área central como zona não edificada, eventualmente, destinada a recolher os gados.

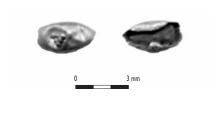
As razões da implantação do povoado neste local não são claras. A área não dispõe de particular potencial agrícola, já que se trata dos típicos solos esqueléticos do maciço antigo, com pequenas manchas aluviais junto das linhas de água, que ainda hoje têm expressão nas hortas que rodeiam Mesas do Castelinho. Seria, portanto, área mais vocacionada para a pecuária do que para a agricultura. Também se não documentam especiais riquezas mineiras na envolvente imediata. Uma breve análise do território e a caracterização de escórias identificadas nos primeiros anos sugerem mais uma metalurgia de pequena produção e reparação de artefactos, mais de forja e pequena oficina do que exploração de grande escala (LE BEAU 1994), como se documenta, por exemplo, em S. Domingos, Aljustrel ou mesmo Brancanes, já no conce-



lho de Almodôvar (DOMERGUE 1983; 1987; 1990). Deve reconhecer-se, contudo, a necessidade de aprofundar estes estudos, uma vez que dispomos hoje de muito mais informação e de alguns elementos de escórias de aparência mais densa, sugerindo redução primária de minérios.

Estas são as razões que nos levam a supor que a escolha desta área em concreto para implantar o povoado fortificado se prenderá mais com o controlo daquela que é uma das tradicionais travessias da Serra do Caldeirão. A vantagem do controlo de uma área de passagem e comunicação entre distintas regiões explicaria a dimensão e riqueza do aglomerado, bem como a quantidade de artigos exóticos, em zona tão francamente interior. Esta relevância acabaria por ser herdada pela vila de Almodôvar.

A presença romana fez-se sentir precocemente em Mesas do Castelinho. De entre as mais antigas importações de origem itá-



Figuras 9 e 10 🕆

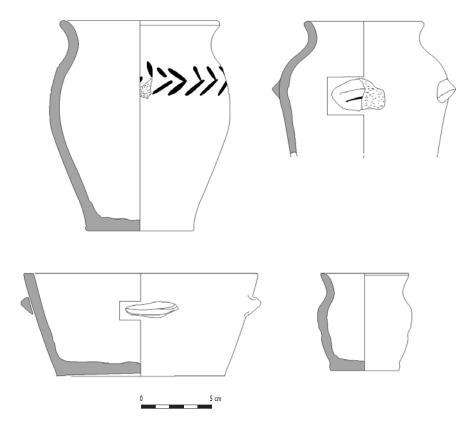
Mesas do Castelinho: cerâmicas com "decorações" de matrizes impressas ("estampilhadas") e pequeno elemento de ourivesaria, com decoração granitada de tradição "orientalizante", encontrado à superfície.

lica figuram as ânforas vinárias do chamado tipo "greco-itálico", bem como apreciável cópia de recipientes de Campaniense A. Durante o período romano republicano observam-se algumas transformações importantes na organização espacial do grande povoado. Aparentemente, as estruturas defensivas foram derrubadas. Esta realidade, que começámos a observar nas intervenções realizadas em área muito destruída da plataforma superior, foi confirmada pela sondagem que empreendemos no grande corte da plataforma inferior, justamente na área limpa e desenhada por Carlos Jorge Ferreira, em 1987. Aqui, embora não houvesse oportunidade de observar as relações físicas entre as construções republicanas e as estruturas defensivas, pela grande destruição efectuada pelo anterior proprietário, era evidente que o interface de destruição da muralha, bem visível no corte Norte (FERREIRA 1992), se encontrava a cota inferior à dos alicerces dos compartimentos edificados num momento datável dos inícios do século I a.C. Finalmente, as escavações em área realizadas nessa mesma plataforma, a partir de 1997, acabaram por confirmar essa leitura em outra área do povoado. Também aí as construções do período romano republicano se ergueram quando a muralha do povoado indígena já se encontrava desactivada. Esta sistemática observação, abrangendo não só a plataforma superior mas também duas áreas distintas da inferior, faz-nos crer que se tratou de facto de uma destruição

generalizada do sistema defensivo do velho povoado da Idade do Ferro. Uma vez que não foi possível documentar evidências de violência, nem soluções de continuidade no registo estratigráfico, supomos que se terá tratado de um derrube pactuado, mais do que de um qualquer resultado de assédio ou ataque. Sem pretendermos forçar a comparação, recordaremos somente que, na grande campanha militar na Hispania Citerior do cônsul M. P. Catão, de 195 a.C., a imposição do derrube das muralhas aos principais povoados da região constituiu importante estratégia de submissão das populações. O feito do cônsul, amplamente celebrado na literatura grega e latina, de Lívio (34, 17, 11-12) a Plutarco ou Zonaras (9.17), passando por Apiano (41), entre outros, poderia ter constituído exemplo seguido por outros governadores provinciais ou, de algum modo, ditado a norma de procedimento para a posteridade.

De qualquer modo, nas intervenções da plataforma inferior foi possível registar que ao episódio do derrube das muralhas não se seguiu qualquer fase de reconstrução das mesmas. Infelizmente, o estado de conservação em que se encontravam as estruturas na Plataforma A, fortemente afectadas pelas destruições de 1986, não possibilitou observação categórica, embora também nada em contrário se tenha documentado.

A reorganização do povoado que se seguiu à amortização do seu sistema defensivo, bem documentado na zona Oeste da plataforma inferior e com análoga leitura possível na banda nascente, onde se localiza o grande corte ali deixado pelo anterior proprietário, revela-se extremamente interessante. De facto, as novas construções realizadas já sob o domínio romano constam de distintas casas justapostas, sem vãos abertos ao exterior, edificadas sobre o interface de destruição da antiga muralha, conferindo-lhe a aparência de "povoado cego", afinal não muito distinta da que teria nos tempos em que possuía fortificações. A diferença de cota entre a base dessas construções e a área envolvente sublinha ainda mais esta peculiar configuração, sublinhando a sua potencial defesa, não propriamente em caso de relevante assédio, mas seguramente contra pequenas ameaças. O novo aglomerado sem muralhas não seria assim um espaço devassado, na medida em que manteria somente algumas portas de acesso ao seu interior, ao mesmo tempo que a assinalável descontinuidade associa-

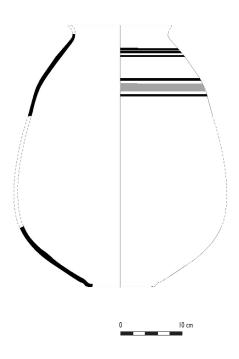


da ao antigo sistema defensivo constituía poderosa barreira de protecção contra uma qualquer arremetida vinda do exterior.

Com as intervenções da Plataforma B, primeiro na sondagem do grande corte, depois em área, emergiu uma nova leitura da dinâmica de ocupação de Mesas do Castelinho.

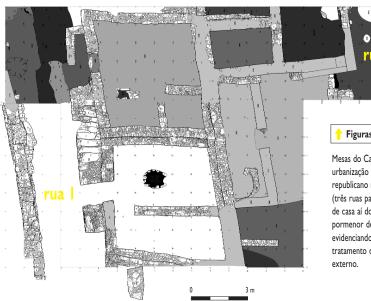
Seguindo uma ordem cronológica, verificou-se, uma vez mais, que as construções e ocupação da Idade do Ferro, remontando igualmente a um momento que poderemos situar nos finais do séc. V a.C. Uma vez mais, o melhor indicador cronológico foi fornecido pela cerâmica ática, designadamente por fragmentos da chamada "taça Cástulo", a que se associa um conjunto de cerâmicas com decorações impressas com matrizes, vulgo "estampilhada", convivendo com produções manuais de cozeduras redutoras, mas também com cerâmicas a torno de pastas claras de matriz calcária, com decorações pintadas em bandas, monocromas ou bícromas, ânforas procedentes da área gaditana e contas de vidro oculadas.

Em suma, o mesmo padrão cultural identificado na plataforma superior, onde ocorrem em associação contextual os artigos exóticos de origem mediterrânea, ou das áreas mais fortemente ligadas às culturas mediterrâneas do litoral meridional, com elementos novos, não identificados



🕂 Figuras II e I2

Mesas do Castelinho: cerâmicas manuais, documentadas até aos níveis do século I a.C., e recipiente cerâmico com decoração pintada bícroma, dos níveis fundacionais do sítio.



Figuras 13 a 15 🔷

Mesas do Castelinho: urbanização do período romano republicano na Plataforma B (três ruas paralelas), e imagens de casa aí documentada e do pormenor de uma das fachadas, evidenciando um cuidado tratamento do paramento externo.



nos contextos indígenas de épocas anteriores. Esta semelhança consolidou a ideia de que o primeiro perímetro defensivo do povoado poderia ter abrangido logo a totalidade das duas plataformas, isto é, que Mesas do Castelinho nos finais do século V a.C. deveria ser já um grande povoado, ainda que as relações estratigráficas observadas admitam a possibilidade de a muralha se ter erguido somente em um momento mais avançado da vida do aglomerado e não logo na sua fase inicial. A dúvida, que provavelmente será insuperável, prende-se com a estrutura da muralha tal como a documentámos. Compõe-se de uma face externa relativamente cuidada, delimitando um espaço vazio, relativamente à parede das mais antigas habitações. Este espaço foi preenchido com blocos de pedra simplesmente despejados para esse vazio, sem evidente regularidade de assentamento. Assim, em termos sequenciais, verifica-se que as primeiras construções consistiram em vários espaços residenciais justapostos e que, quando se desenhou a face exterior da muralha e se realizou o enchimento pétreo, essas construções já estavam terminadas. Uma tal relação estratigráfica admite uma de duas interpretações: o povoado começou por ser somente um "povoado cego", de casas justapostas, ao qual se acrescentou, mais tarde, uma muralha; ou as casas e respectiva muralha pertenceram a um mesmo programa unitário de construção que, somente por razões práticas, necessitou de erguer primeiro a parede das habitações, para melhor conter o enchimento da muralha.

Não dispomos de materiais arqueológicos com suficiente precisão cronológica para nos permitir optar entre uma destas hi-

póteses, igualmente plausíveis e sustentáveis com base na estratigrafia observada.

Certo é que nas áreas já escavadas da Plataforma B não se observaram até ao momento níveis estratigráficos ou fases de construção tão antigas na área central do povoado, pelo que subsiste a ideia de que, nestas primeiras fases, as construções se encontrariam adossadas ao perímetro marcado pelas defesas, deixando ao centro amplo espaço não edificado.

Mas a grande novidade proporcionada pela intervenção em área da plataforma inferior foi, numa primeira fase, a identificação de um conjunto de construções justapostas, com análoga orientação, todas sem qualquer vão para o exterior do povoado e todas elas abrindo para uma área sem qualquer construção. Logo nestas primeiras intervenções, fomos chamando informalmente "rua", àquilo que era seguramente uma área de distribuição, que permitia aceder a cada um dos compartimentos identificados. O esclarecimento sobre a verdadeira natureza de tal área levou-nos a ampliar para Este a zona em escavação, de novo com uma opção de intervenção em área, num total de mais 120 m². Esta acção conduziu--nos à identificação de novas construções, duas casas de grandes dimensões que ocupavam o lado Este daquilo a que então já com plena propriedade chamávamos rua. Estas construções patenteiam apreciável regularidade, ambas com um segundo piso, ao qual se acedia a partir de escadarias de pedra adossadas às fachadas, detalhe arqui-



tectónico peculiar e sem antecedentes directos conhecidos quer no mundo indígena local, quer na arquitectura romana – lembram bastante, diga-se, algumas soluções arquitectónicas documentadas na área Ibérica. Nos pisos térreos, aqueles que pudemos recuperar apresentavam-se divididos, com um grande compartimento com lareira, a que se associavam estruturas de adobe muito destruídas, que deveriam constituir elementos de extracção de fumos, e outros de menores dimensões, à razão de um conjunto de grande compartimento com lareira mais compartimento alongado de menores dimensões, por casa.

A escavação em ambas áreas, no primeiro conjunto de compartimentos e nestas duas grandes casas, revelou a presença de materiais de Época Romana republicana (importações itálicas), desde os níveis da base. Tornou-se, pois, evidente que este arranjo urbanístico, que tão profundamente marcou (e transformou) Mesas do Castelinho, teria decorrido já sob o domínio romano, em momento dificil de precisar, mas

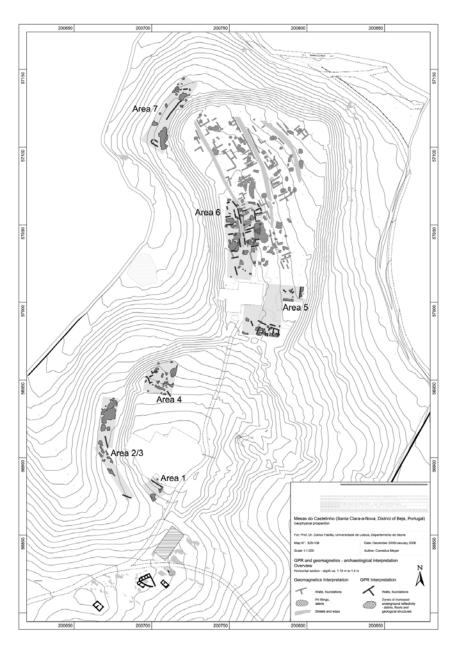
Figura 16 -

Planta interpretada da leitura de georadar de Mesas do Castelinho, onde se documenta a ocupação das áreas exteriores aos grandes taludes (prospecção realizada pela empresa Eastern Atlas).

que se situa algures pelos inícios do século I a.C., eventualmente nos finais da centúria anterior. Esta verificação levou-nos a sentir a necessidade de ampliar ainda mais a área em escavação, com o intuito de tentar perceber como se desenhava de facto este urbanismo - uma extensa ampliação da área escavada, criando uma "janela" de leitura a toda a largura do antigo povoado constitui a opção estratégica, associada à realização da extensa prospecção geofísica. Sublinhamos, uma vez mais, que só nos abalançámos a tão ambicioso desígnio a partir do momento em que se confirmou a integração do projecto de Mesas do Castelinho no Plano Operacional de Cultura que, pelo volume de verbas mobilizado, permitiria realizar em simultâneo uma grande intervenção de escavação, consolidação e sinalização para a recepção de visitantes, em articulação com a construção do Centro Interpretativo, uma vez mais, consentindo as "economias de escala" que sempre praticámos.

A prospecção geofísica acabou por se revelar importante em dois domínios. Por um lado, confirmou a existência de áreas construídas nas zonas abrangidas pelas descontinuidades menores, paralelas ao grande sistema defensivo, ampliando deste modo ainda mais a área de interesse arqueológico de Mesas do Castelinho. Por outro, cumpriu plenamente a função didáctica de mostrar aos visitantes a extensa área ocupada oculta no subsolo. Não resultou na leitura que buscávamos por uma razão, que os nossos próprios trabalhos já permitiam intuir: a existência de um complexo processo de reaproveitamento de estruturas anteriores, parcialmente utilizadas em épocas mais recentes. Se por um lado parece evidente que houve um momento em que a Plataforma inferior conheceu um desenho urbano estruturado em torno de grandes vias de circulação Norte-Sul, resulta também claro que esse sistema terá sido subvertido posteriormente, quer pelas transformações de época Júlio-Cláudia (GUERRA e FABIÃO no prelo), quer pelas transformações introduzidas pela reorganização do espaço em Época Islâmica.

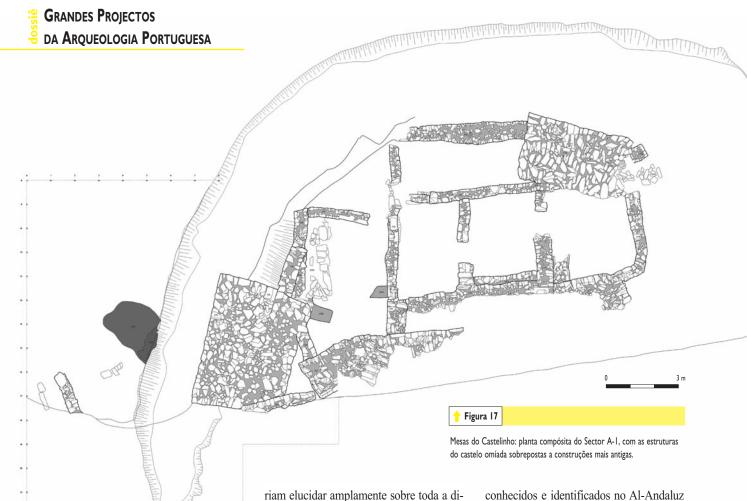
Naturalmente, perguntará o leitor, que pertinência terão estas sucessivas amplia-



ções da área a escavar, ou ainda, até onde se multiplicarão? Compreendemos estas interrogações e, como é óbvio, elas sempre foram ponderadas. As razões são simples: por um lado, porque nos deparamos com um tema relevante, a precoce urbanização de um grande aglomerado indígena do interior meridional do actual território português, mas também porque as sucessivas ampliações nos têm trazido outras tantas novidades, que contribuem para a constante renovação do conhecimento que temos de Mesas do Castelinho.

Na sondagem realizada em 1996, no grande corte da Plataforma B, identificámos um potente estrato revolvido com abundante material de Época Romana imperial, evidentemente fora do seu contexto primário de deposição, misturado com material islâmico e de outras épocas, mas suficientemente abundante e diversificado para demonstrar sem margem para dúvidas que o local fora ocupado durante todo o séc. I da

nossa Era. A escavação em área viria mais tarde a confirmar esta continuidade da ocupação. Contudo, na primeira área escavada em 1997, os vestígios destas utilizações revelaram-se muito escassos e foi somente na primeira ampliação, quando buscávamos "o outro lado da rua", que nos deparámos com estratos conservados datando de época Júlio-Cláudia. Associadas a estes estratos encontravam-se várias construções de escassa entidade, que tinham dividido em compartimentos de menores dimensões as grandes casas do século I a.C. Esta observação foi verdadeiramente surpreendente, porque abriu, de facto, uma nova questão no estudo da dinâmica de ocupação de Mesas do Castelinho. Se sobre a mesa já tínhamos o tema da precoce urbanização, passámos a ter outro, o do falhanço prático dessa mesma urbanização, ou seja, uma cidade que aparentemente se desenhou enquanto tal, ainda em época republicana, mas falhou o cumprimento desse destino em ple-



nâmica de ocupação de um povoado com estas dimensões. Hoje, cremos estar em condições de afirmar que toda a apreciação genérica que se possa adiantar será sempre limitada, quando está em causa um aglomerado com cerca de quatro hectares de extensão. Se é legítimo defender uma estratégia de intervenção pontual, não há qualquer dúvida de que os seus resultados terão alcance muito limitado e, de modo algum, minimamente consentâneo com as grandes questões colocadas por um sítio arqueológico com estas características.

Faz pois todo o sentido que se invista

Faz pois todo o sentido que se invista fortemente num projecto com estas dimensões, se efectivamente temos a pretensão de obter respostas interessantes para questões relevantes.

Não se circunscreveram a estas observações os resultados das grandes intervenções em área na plataforma inferior. De facto, uma vez mais, estas intervenções revelaram-nos uma nova dimensão na fase da ocupação islâmica. O que até então nos surgira como um pequeno castelo isolado, instalado na zona mais elevada do antigo povoado indígena (FABIÃO e GUERRA 1991; GUERRA e FABIÃO 1993), passou a ser uma fortificação sobranceira a um aglomerado, de dimensões indefinidas, erguido sobre o espaço outrora ocupado pelo povoado romanizado, isto é, um modelo de povoamento mais parecido com muitos outros

(GUERRA e FABIÃO 2001). Os dados da cultura material sugerem uma clara contemporaneidade entre a fortificação e este aglomerado, que se encontra fortemente afectado pelo uso agrícola que esta plataforma inferior conheceu. A simples presença deste aglomerado aldeão nas imediatas vizinhanças do castelo omíada vem colocar novos temas e novas questões à dinâmica do povoamento rural do interior meridional hoje português, em Época Islâmica, ou ao fenómeno do "encastelamento", particularmente tendo em conta o estudo já realizado sobre os elementos zooarqueológicos recuperados no fosso do castelo (CARDOSO 1994). Em primeiro lugar, regista-se a confirmação de que a ocupação local decorre em âmbito islâmico, segundo um ciclo de construção / ocupação / abandono exclusivamente relacionado com as dinâmicas internas deste mundo islâmico. A reocupação do sítio fez-se de raiz, em momento indeterminado de época omíada, não havendo qualquer aglomerado preexistente, e o abandono aconteceu antes da grande reorganização territorial almóada (GUERRA e FABIÃO 2001). Tal como já acontecera na época imperial romana, aparentemente, a nova lógica territorial deixou à margem o velho castelo e o povoado das suas proximidades, conduzindo à sua desactivação e abandono (GUER-RA e FABIÃO no prelo). Parece evidente, também, que o sítio de Mesas do Casteli-

no século I d.C., quando efectivamente se construiu e consolidou o mundo provincial romano, no extremo ocidente da Península Ibérica (GUERRA e FABIÃO no prelo). A última ampliação realizada está a revelar-nos novos dados sobre a organização do espaço e o edificado deste período, que carece ainda de melhores esclarecimentos — que, em boa verdade, implicariam (implicarão?) nova ampliação da área a escavar.

Podemos dizer que estamos agora, 20 anos depois, bem distantes das perspectivas que tivemos nos nossos primeiros anos de intervenção, quando supúnhamos que áreas de escavação relativamente limitadas, em pontos devidamente escolhidos, nos pode-

nho se torna relevante sempre que existe fragmentação de poderes e decai sempre que se afirmam na região poderes fortes e centralizados, facto que ajudará a melhor entender a pertinência da sua localização. Mas, olhando à fauna recolhida nas lixeiras do castelo, com essa significativa preponderância de espécies selvagens, particularmente do veado, facilmente concluímos que esse pequeno castelo rural não representa o reflexo de uma autodefesa local, contra os interesses dos poderes urbanos, tratando-se mais de uma prova da existência de um contingente militar ali instalado. Ou seja, para reproduzirmos, ainda que esquematicamente, as principais linhas do debate sobre o chamado encastelamento rural, não estamos perante "camponeses em armas" contra os poderes urbanos, mas antes de um claro sinal da imposição de uma guarnição militar às comunidades locais.

Pelo que fica exposto, esperamos ter demonstrado a pertinência destes 20 anos de projecto, bem como o imenso potencial que o local ainda encerra, em nosso entender, merecedor de continuação de estudos.

### 5. O impasse

Como ficou dito, em 2002 Mesas do Castelinho foi englobado no âmbito das acções do Plano Operacional para a Cultura. Num ciclo que se deveria concluir em 2007, o local seria preparado para receber visitantes, dispor de Centro Interpretativo, na aldeia de Santa Clara-a-Nova, bem como da adequada sinalética. Para esse efeito, Câmara Municipal de Almodôvar e IPPAR estabeleceram um conjunto de protocolos que incluíam a aquisição e cedência em contrato de comodato do terreno onde se ergueria o Centro Interpretativo e, uma vez concluído este, a Câmara comprometia-se também a suportar as despesas do seu funcionamento. Sempre pensámos que esse seria o modelo de gestão mais adequado e, sobretudo, aquele que permitiria gerar uma dinâmica de funcionamento sem os crónicos problemas dos outros centros interpretativos do IPPAR, desde início mal concebidos.

Os documentos estavam prontos, aprovados e ratificados pelo executivo camarário e Assembleia Municipal, o terreno livre para o início da construção do Centro Interpretativo, cujos projectos de arquitectura e museológico também se encontravam concluídos. Por razões nunca explicadas, o novo poder que tomou posse em 2006 decidiu anular tudo.

Por considerarmos indispensável a conclusão do processo de escavação em curso, prosseguimos com o mesmo, com os apoios exclusivos do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) e das autarquias locais, enquanto tentávamos por todos os meios ao nosso alcance obter esclarecimentos sobre os desígnios dos responsáveis pela política cultural nacional no que a Mesas do Castelinho se refere. No momento em que estas linhas se escrevem, não há ainda qualquer resposta ou definição concreta.

Como somos estudiosos do passado, mas fracos conhecedores do futuro, podemos reportar, ainda que sucintamente, o que foram estes 20 anos de trabalhos em Mesas do Castelinho, bem como da dinâmica da sua ocupação. Não temos nenhuma ideia sobre qual possa vir a ser o futuro do sítio arqueológico.

### Referências

- ARRUDA, A. M.; GUERRA, A. e FABIÃO, C. (1995) "O Que É a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal". Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 35 (2): 237-257 (1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1993. Actas VI).
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H. (1991) "A Cronologia do Povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja)". Conimbriga. 30: 5-11.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) Los Pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Ibérica. Madrid (Complutum-Extra, 2).
- CARDOSO, J. L. (1993) "Contribuição para o Conhecimento da Alimentação em Contexto Islâmico: estudo dos restos mamalógicos e malacológicos das Mesas do Castelinho (Almodôvar)". Arqueologia Medieval. 2: 103-107.
- CARDOSO, J. L. (1994) "A Fauna de Mamíferos da Época Muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989--1992". Arqueologia Medieval. 2: 201-220.
- CARDOSO, J. L. (2008) "Correspondência Seleccionada Enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995)". Estudos Arqueológicos de Oeiras. 16: 383-751.
- DOMERGUE, C. (1983) "La Mine Antique D'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca". Conimbriga. 22: 5-193.
- DOMERGUE, C. (1987) Catalogue des Mines et des Fonderies Antiques de la Péninsule Ibérique. 3 vols. Madrid: Diffusion De Boccard (Publications de la Casa de Velázquez - Série Archéologie, VIII).
- DOMERGUE, C. (1990) Les Mines de la Péninsule Ibérique dans L'Antiquité Romaine. Roma (Collection de L'École Française de Rome, 127).
- Fabião, C. (1987) "Ânforas Romanas Republicanas

- de um Depósito de Mértola, no MNAE". O Arqueólogo Português. IV série. 5: 125-148.
- FABIÃO, C. (1998) O Mundo Indígena e a Sua Romanização na Área Céltica do Território Hoje Português. Lisboa, 1998 (tese de Doutoramento policopiada. 3 vols.).
- Fabião, C. e Guerra, A. (1991) "O Povoado Fortificado de 'Mesas do Castelinho', Almodôvar". In Actas das IV Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1990), pp. 305-319.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1994) "As Ocupações Antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92". In Actas das V Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1993). Vol. 2, pp. 275-289.
- FERREIRA, C. J. A. (1992) "Escavações no Povoado Fortificado das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Relatório preliminar". *Vipasca*. 1: 19-37.
- GUERRA, A. (1998) Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular. Dissertação de Doutoramento em História Clássica apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa. 2 vol.
- GUERRA, A. e FABIÃO, C. (1993) "Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)". Arqueologia Medieval. 2: 85-102.
- GUERRA, A. e FABIÃO, C. (2001) "Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo". In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Ed. Colibri / C. Municipal de Palmela, pp. 171-176 (*Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos,* Palmela).
- GUERRA, A. e FABIÃO, C. (no prelo) "Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia". In VIII Mesa-

- -Redonda sobre a Lusitânia Romana (Toulouse, 2007)
- LE BEAU, B. (1994) "A Brief Archaeo-metallurgical Survey at Mesas do Castelinho, Almodôvar, Portugal, in July 1992". In Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993). Vol. 2, pp. 291-294.
- MAIA, Maria e CORRÊA, J. (1985) "Inscripcion en Escritura Tartesia (o del SO) Hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su Contexto Arqueológico". *Habis*. 16: 243-274.
- PAIS, J. (1993) "Sementes de um Silo Omíada [UE 67] de Mesas do Castelinho (Almodôvar)". Arqueologia Medieval. 2: 109-110.
- SCHUBART, H. (1975) Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberichen Halbinsel. Berlim (Madrider Forschungen, 11).
- Vasconcellos, J. L. (1934) "Excursão pelo Baixo Alentejo 1897". *O Archeólogo Português*. 29 (1930-1931): 230-246.
- VIANA, A. (1958) Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. Separata de Arquivo de Beja, Beja.
- VIANA, A. (1960) Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. Separata de Arquivo de Beja, Beja.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. V. e SERRALHEIRO, A. (1956)
  "Apontamentos Arqueológicos dos Concelhos de Aljustrel e Almodôvar". In Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (Coimbra, 1956).
  7ª Secção: ciências históricas e filológicas. Coimbra. Tomo VIII, pp. 461-470.